



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA



Sugestão de Emenda à
Lei de Diretriz
Orçamentária de 2006
SDL Nº 06



Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

AUTOR: ÁGERE – COOPERAÇÃO EM ADVOCACY

DATA DE ENTREGA

1905/2006

EMENTA: Propõe incluir item (despesas com a ação 4786 – Capacitação Monitoramento da Juventude rural (Projeto Manhã), vinculada ao Programa 1329 Primeiro Emprego), no inciso II do Anexo V da LDO/2007.

DISTRIBUIÇÃO/REDISTRIBUIÇÃO/VISTA

A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____
A(o) Sr(a). Deputado(a): _____	
Em: _____ / _____ / _____	Presidente: _____

APENSADOS

DE EMENDA À LDO Nº 06 DE 2006

Brasília, 22 de maio de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Geraldo Thadeu
Presidente da Comissão de Legislação Participativa
Câmara dos Deputados
70160-900 – Brasília - DF

Assunto: **Encaminhamento de emendas.**

Senhor Deputado,

Encaminhamos em anexo 2 (duas) emendas para a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2007 objetivando contribuir com as políticas públicas para juventude Brasil. Na oportunidade também encaminhamos ata da última eleição e estatuto de organização.

Respeitosamente,


Cleia dos Santos Medeiros
Coordenadora de Projetos



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

RASCUNHO

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – PLN 02/2006 – CN
(SEM VALOR REGIMENTAL)

EMENDA 1

Inclua-se o seguinte item no Anexo V:

ANEXO V

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2007

DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO
ART. 9º, § 2º, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

II) DEMAIS DESPESAS RESSALVADAS, CONFORME O ART. 9º, § 2º, DA LEI
COMPLEMENTAR Nº 101, DE 2000:

Despesas com a ação 4786 – Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto
Manhã) vinculada ao Programa **1329 Primeiro Emprego**

JUSTIFICATIVA:

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, 20% da população brasileira tinha entre 15 e 24 anos, totalizando 34 milhões de jovens. Deste total, 17% vive no meio rural, 31% nas regiões metropolitanas e 52% em áreas urbanas.

Uma análise preliminar desses números aponta para duas questões: a importância demográfica deste segmento da população brasileira e a evidente concentração dos jovens em áreas urbanas.

Os jovens que vivem nas áreas rurais enfrentam muitas dificuldades sendo que algumas se apresentam de forma mais acentuada como, por exemplo, a taxa de analfabetismo de 10%, três vezes maior que a das áreas urbanas (3%). O rendimento médio do trabalho em 2000 era de R\$94,00, bem menor que o dos jovens das áreas urbanas (R\$ 270,00). Em 2001, cerca de 21% dos municípios brasileiros não tinham uma biblioteca pública, 92% não tinham cinema e 24% não contavam com ginásios poliesportivos, representando uma grande defasagem em relação aos equipamentos disponíveis nas áreas urbanas.

O jovem rural carece de condições sociais básicas como estruturas de lazer, cultura e saúde. A baixa auto-estima e a falta de perspectivas associada a tantas carências, tornam esses jovens mais vulneráveis ao uso indevido de bebidas alcoólicas e de outras drogas, desde o início da adolescência.

Além disso e em consequência desse ambiente adverso que encontram no campo, estes migram para áreas urbanas engrossando os bolsões de pobreza característicos das grandes cidades, aonde estão mais sujeitos a violência, drogas, gravidez precoce, prostituição, AIDs e outras doenças sexualmente transmissíveis. Se tivessem maiores oportunidades de trabalho e renda no campo, muitos adolescentes e jovens do campo que migram para as periferias não cairiam nestas armadilhas.

O que se observa é que ao testemunharem o sofrimento dos pais e familiares na labuta diária pela sobrevivência no campo e estarem, ao mesmo tempo, expostos aos atrativos do mundo urbano divulgados principalmente pelos meios de comunicação de massa, muitos jovens filhos e filhas de produtores rurais não se identificam com as atividades do campo e constroem projetos de vida geralmente relacionados ao meio urbano, principalmente das grandes



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R A S C U N H O

idades.

A falta de capacitação e monitoramento da juventude rural e a inexistência de modelos e propostas pedagógicas que despertem a motivação do jovem do campo e ofereça perspectivas concretas de uma vida digna, é um dos grandes desafios para todos aqueles que trabalham em prol das políticas públicas para esta juventude.

Assim, torna-se urgente investir em políticas que dêem ao jovem oportunidade de se manter no campo, se assim o desejar.

Em anos recentes, principalmente nos últimos dois anos, tem crescido o número de iniciativas sobre políticas públicas de juventude tanto da parte do setor público como das organizações não governamentais.

Entre estas, o Ministério do Trabalho e Emprego lançou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), que tem como objetivo geral promover a criação de mais e melhores oportunidades de trabalho, emprego e renda para os/as jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e risco social, por meio da mobilização e da articulação dos esforços da sociedade civil organizada. Dentre as ações deste Programa destacam-se os Consórcios Sociais da Juventude e o Programa Jovem Empreendedor, este último implementado nacionalmente pelo Sebrae.

Os Consórcios Sociais da Juventude foram inicialmente implantados em 06 cidades. Na sua primeira fase, o Consórcio atendeu 7 mil jovens dos quais quase 2 mil estão trabalhando em atividades autônomas, estágios e emprego formal. Atualmente este Consórcio está em fase de expansão para atender jovens de mais 10 cidades.

Em grande parte das iniciativas acima as questões que afetam de forma mais específica a juventude rural, quando aparecem, são colocadas de maneira tímida, minoritária, e sem dados que possam fundamentar posições mais assertivas atendendo as especificidades da realidade rural brasileira. Destaca-se importante criação dos programas Nossa Primeira Terra e PRONAF Jovem, iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Agrário de valorização e integração social e econômica do jovem do campo.

Assim O Projeto Amanha e os Consórcios Sociais da Juventude Rural surgem como novas oportunidades de equacionamento das questões que afetam o presente e o futuro da juventude rural, criando oportunidades e possibilidades de permanência da juventude no meio rural

A seguir algumas razões que nos levam a advogar em favor da causa da manutenção de políticas públicas para os jovens rurais:

- a constatação que os jovens rurais migram de suas comunidades para as cidades não por opção, mas pressionados pela falta de oportunidades no meio rural e pela necessidade de sobrevivência pessoal e familiar;
- a constatação que a viabilização de uma vida digna para os jovens no meio rural está diretamente relacionada com as políticas de desenvolvimento sustentável de seus territórios;
- a crença que o investimento na formação, no protagonismo e na inserção da juventude rural no próprio território pode ser um meio eficaz de contribuição com o



CONGRESSO NACIONAL

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

R A S C U N H O

desenvolvimento sustentável de regiões economicamente estagnadas;

- quando a juventude é incluída nos processos de desenvolvimento e convidada a participar e a oferecer a sua energia criadora e transformadora, pode mobilizar recursos e vontades, sonhos e aspirações que podem transformar a realidade;
- dessa forma, os jovens rurais são ativos importantes, fonte de renovação do capital social de suas localidades e aliados estratégicos no processo de desenvolvimento de suas comunidades e todos os esforços devem ser realizados no sentido de possibilitar que viva no campo, caso esse seja o seu desejo;
- para que os jovens rurais possam tornar-se efetivamente aliados estratégicos no processo de desenvolvimento de suas comunidades é preciso criar programas e políticas para que eles e elas se preparem como indivíduos, cidadãos e pessoas produtivas.